



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
Secretaria de Serviços Compartilhados
Diretoria de Gestão Estratégica
Comitê Interministerial de Governança de Serviços Compartilhados

ATA DE REUNIÃO

4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ INTERMINISTERIAL DE GOVERNANÇA DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

DATA, HORÁRIO E LOCAL DA REUNIÃO

Reunião realizada em **18 de novembro de 2025**, às 16h, no Salão Nobre do 9º andar do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), na Esplanada dos Ministérios - Bloco K, em Brasília - DF.

PESSOAS PRESENTES

I. MEMBROS DO COMITÊ: **Aline Damasceno Ferreira Schleicher** - Secretária Executiva Adjunta do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC); **Bárbara Oliveira Souza** - Secretária-Executiva Adjunta do Ministério da Igualdade Racial (MIR); **Caroline Dias dos Reis** - Secretária-Executiva Adjunta do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC); **Cilair Rodrigues de Abreu** - Secretário de Serviços Compartilhados do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI); **Cristina Kiomi Mori** - Secretária Executiva do MGI; **Márcio Luiz de Albuquerque Oliveira** - Secretário-Executivo Adjunto do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO); **Roberto Wagner da Silva Rodrigues** - Subsecretário de Gestão e Administração do Ministério das Mulheres (MMulheres); **Sandro de Vargas Serpa** - Secretário-Executivo Adjunto do Ministério do Turismo (MTUR); **Tetsu Koike** - Diretor de Programa de Políticas Setoriais, Planejamento e Inovação do Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR).

II. OUTROS CONVIDADOS: **Adriano Caetano Santos** - Coordenadora-Geral de Estratégia e Projeto do MGI; **Aliny Stradiotti Vanzetto** - Engenheira do MGI; **Celso de Oliveira Santana** - Diretor de Administração e Logística Substituto do MGI; **Cleidiane Maria dos Santos Damásio** - Coordenador-Geral do MGI; **Diego Ávila Oliveira** - Coordenador-Geral de Governança e Gestão Estratégica do MESP; **Enoque da Rocha Costa** - Coordenador-Geral de Contabilidade do MGI; **Graziele Cristina Silveira Zerbini Costal** - Assessora do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MEMP); **Gustavo Ferreira Bechelany** - Coordenador-Geral de Planejamento e Modernização Organizacional do MGI; **Ivelise Carla Vinhal Lício** - Chefe de Gabinete da SSC do MGI; **James Elias Junior** - Subsecretário de Supervisão, Gestão e Administração do MDIC; **João Victor de Souza Batista** - Diretor de Gestão e Administração do MIR; **Kaely Eduarda Barbosa Moreira** - Assistente Administrativo do MGI; **Laila Ferreira Hossain** - Coordenadora-Geral de Processos do MGI; **Lorena Férrer Cavalcanti Randal Pompeu** - Subsecretária de Administração e Gestão Estratégica do MPO; **Lucas Cavalcante de Alencar** - Assessor Técnico do MGI; **Lucas Pacheco Lopes** - Auditor Federal de Finanças e Controle do MGI; **Luiz Eduardo Lemos da Conceição** - Coordenador-Geral de Pagamento e Acompanhamento Funcional do MGI; **Maiko Henrique Lopes Lemes** - Gerente de Projetos do MGI; **Marcelo de Lima e Souza** - Diretor de Programa do MF; **Marcos Paulo Dias Rodrigues** - Analista Administrativo do MGI; **Paulo Augusto R. Goulart** - Coordenador-Geral de Fortalecimento Institucional do MGI; **Rafael de Souza** - Contador do MGI; **Raquel Micas de Almeida da Silva** - Técnico de Comunicação Social e Publicidade do MGI; **Regina Lucia Coelho Cavalcante Lima** - Técnico de Comunicação Social e Publicidade do MGI; **Roberto Pires** - Coordenador de Planejamento e Análise de Políticas Públicas da Diretoria de Estudos e Políticas do Estado do IPEA; **Tatiana Dias Silva** - Diretora de Avaliação, Monitoramento e Gestão da Informação do MIR; e **Thais Alves Medeiros** - Diretora substituta de Orçamento, Finanças e Contabilidade do MGI.

III. SECRETARIA-EXECUTIVA DO COMITÊ: Foram delegados pela Secretaria de Serviços Compartilhados os servidores da Diretoria de Gestão Estratégica **Wanessa Oliveira**, Diretora de Gestão Estratégica do MGI; **Rodrigo Brito**, Coordenador-Geral de Governança Organizacional do MGI; e **Daniele Borges**, Coordenadora de Modelagem, Monitoramento e Avaliação em Governança do MGI.

I. ABERTURA

A reunião foi oficialmente aberta por Cilair de Abreu, secretário de Serviços Compartilhados, na condição de Coordenador do Comitê Interministerial de Governança de Serviços Compartilhados, às 16h15.

Logo depois, Cristina Mori, secretária-executiva do MGI, reforçou que o ColaboraGov já é uma realidade, é uma inovação implantada de fato, e agradeceu os esforços de todos para transformar a administração pública por meio do compartilhamento de serviços. Cilair passou a explicitar a pauta da reunião em seguida.

II. DELIBERAÇÃO

Item 1: Resolução CIG-SC/MGI nº 2, de 18 de novembro de 2025 que recomenda iniciativas voltadas para Promoção da Igualdade Racial para o Serviço Público como referencial orientador para as ações e instrumentos do ColaboraGov – proposta apresentada pelo MIR.

Na sequência, Bárbara Oliveira Souza, secretária-executiva Adjunta do MIR, parabenizou o espaço de diálogo do ColaboraGov para avançar no Programa Federal de Ações Afirmativas, agradecendo a oportunidade de implantar as diretrizes de igualdade racial no Centro de Serviços Compartilhados. De acordo com Bárbara, essa iniciativa fortalece a promoção da igualdade racial no serviço público e reforça a importância do engajamento dos ministérios para incorporar essas diretrizes às suas práticas de gestão e políticas públicas.

Logo depois, Tatiana Dias Silva, diretora de Avaliação, Monitoramento e Gestão da Informação do MIR, apresentou brevemente um panorama das principais iniciativas conduzidas pelo Ministério da Igualdade Racial, em articulação com parceiros como a Escola Nacional de Administração Pública – Enap e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, para promover a igualdade racial no serviço público e fortalecer práticas de gestão antirracistas.

Tatiana destacou três frentes estruturantes: os Protocolos de Igualdade Racial, que buscam orientar institucionalmente a incorporação da equidade racial na gestão interna e nas políticas públicas; o Programa de Formação e Iniciativas Antirracistas (FIAR), voltado ao desenvolvimento de competências e à produção de conhecimento para subsidiar a ação governamental; e o Programa Federal de Ações Afirmativas (PFAA), que propõe novas políticas e aprimoramentos às iniciativas existentes, com foco na promoção de direitos e na ampliação de oportunidades.

Segundo a diretora, essas ações têm avançado com metodologias participativas, ampla produção de conteúdos formativos e articulação interministerial, consolidando instrumentos como cursos, diagnósticos, guias de referência e uma plataforma interativa (Inclua) voltada ao apoio técnico e ao monitoramento. O conjunto de iniciativas reforça o compromisso do governo federal com a transversalidade da igualdade racial, valorizando a diversidade no serviço público, qualificando a oferta de políticas e fortalecendo mecanismos permanentes de enfrentamento ao racismo e às desigualdades.

Em seguida, Roberto Pires, coordenador de Planejamento e Análise de Políticas Públicas da Diretoria de Estudos e Políticas do Estado do IPEA, apresentou o escopo, a fundamentação e as funcionalidades que orientam o desenvolvimento do Protocolo de Igualdade Racial na plataforma “INCLUA”, fruto de parceria entre o Ministério da Igualdade Racial e o Ipea.

De acordo com Pires, a proposta estrutura uma caixa de ferramentas voltada ao setor público, reunindo instrumentos de diagnóstico, repositório de conteúdos, área de formação e apoio técnico. O objetivo central é qualificar a gestão e o desenho de políticas públicas a partir de uma perspectiva antirracista e interseccional, identificando falhas de inclusão, práticas discriminatórias e barreiras institucionais que possam reproduzir desigualdades raciais. O projeto prevê, ainda, o uso de inteligência artificial para a geração de planos de ação, além da oferta de assessoramento técnico e acompanhamento de experiências-piloto.

Roberto destacou que a plataforma é uma ferramenta integrada, capaz de apoiar gestoras e gestores na promoção da equidade, ao articular dimensões como participação social, comunicação, experiência dos usuários, monitoramento e instrumentos de ação afirmativa.

A Resolução CIG-SC/MGI nº 2, de 18 de novembro de 2025, foi então deliberada e aprovada por unanimidade.

III. APRESENTAÇÕES

Item 1: **Economia do ColaboraGov.**

PONTOS DE ESCLARECIMENTO E DEBATE:

Thais Alves Medeiros, diretora substituta de Orçamento, Finanças e Contabilidade do MGI, apresentou estudo sobre a economia gerada pelo ColaboraGov a partir da centralização de serviços administrativos — como orçamento e finanças, compras, licitações, folha de pagamento e suporte em tecnologia da informação — considerando custos de pessoal e de funcionamento. Segundo a diretora, a análise, realizada com base no Painel de Custos, demonstra que, sem o programa, os ministérios atualmente integrantes necessitariam de um quantitativo adicional mínimo de pessoal para executar essas funções.

Thais destacou ainda que a economia estimada, somando custos de pessoal e de funcionamento, alcançou R\$ 258,2 milhões em um ano, equivalente ao trabalho de aproximadamente 865 pessoas nessas áreas. Outro recorte metodológico, relativo ao processo de contratação, apontou economia de R\$ 126,7 milhões em um ano e projeção de R\$ 507 milhões em quatro anos, correspondentes a 659 pessoas. No horizonte de longo prazo, a estimativa indica economia de R\$ 9 bilhões em 35 anos, evidenciando ganhos consistentes de eficiência, economicidade e contenção de custos administrativos.

Item 2: **Status report do Projeto ColaboraGov.**

PONTOS DE ESCLARECIMENTO E DEBATE:

Wanessa Oliveira, diretora de Gestão Estratégica do MGI, apresentou o status do projeto, destacando importantes avanços. Entre as conquistas recentes, ressaltou o reconhecimento internacional com o *Innovation and Leadership in Government 2025 Impact Award* (1º lugar, *Georgetown University*) e premiações nacionais, como o 1º e 3º lugares no 5º Prêmio Conexão Inova e o 2º lugar no 29º Concurso de Inovação no Setor Público, na categoria Compras Públicas Sustentáveis.

Wanessa também apresentou as etapas de gerenciamento do projeto, desde a definição da equipe em fevereiro de 2023 até o início da revisão do ciclo 2025/2026, iniciado em outubro deste ano. Por fim, destacou entregas relevantes já implementadas, como a publicação do ato normativo de gestão documental para todo o ColaboraGov; a disponibilização dos módulos de imóveis e contratos do SplitGov; e a implantação de ações de humanização voltadas a servidores e terceirizados, entre outras iniciativas estruturantes.

Item 3: **Status SplitGov - Módulos entregues e em desenvolvimento.**

PONTOS DE ESCLARECIMENTO E DEBATE:

Logo depois, Thais Alves Medeiros apresentou o andamento do SplitGov, destacando os módulos já entregues e aqueles em desenvolvimento. Foram registrados os seguintes pontos:

- **Módulo de Imóveis – entregue**

- Cadastro dos prédios ocupados pelos órgãos.
- Registro da metragem utilizada e grau de ocupação, permitindo maior transparência sobre o uso dos espaços públicos.

- **Módulo de Contratos – entregue**

- Estimativas automáticas para rateio por contrato.
- Integração com o ContratosGOV, possibilitando dados atualizados e redução de retrabalho.
- Atualização automática de quantitativos de uso.

- **Módulo de Orçamento – em desenvolvimento**

- Automação dos processos de descentralização.
- Melhoria da transparência e da prestação de contas.
- Integração entre gestão contratual e execução orçamentária.
- Próximos passos: gestão de contratos, lançamento de faturas e prestação de contas a cada pagamento.

Thais reforçou que os avanços do SplitGov contribuem para a maior eficiência na gestão dos serviços compartilhados e fortalecem o modelo de governança do ColaboraGov.

IV. INFORMES

Item 1: Resultados da Avaliação de Conformidade e Performance dos Colegiados de Governança - ACPG ColaboraGov.

Nesse ponto da reunião, Rodrigo Brito, coordenador-geral de Governança Organizacional do MGI, apresentou os principais resultados da ACPG 2025, conforme os dados consolidados no [painel de governança do ColaboraGov](#). Brito informou os destaques abaixo:

- A avaliação analisou dois eixos: Conformidade e Performance, por meio de 33 perguntas distribuídas em cinco blocos temáticos.
- Participação: 77 respostas, com adesão geral de 42,08%, envolvendo membros titulares, suplentes e pontos focais das secretarias-executivas.

Principais achados:

1. Conformação dos Colegiados:

Estrutura geral satisfatória e aderente ao propósito.
Alguns colegiados ainda apresentam papel pouco propositivo.

2. Ritos Instituídos:

Necessidade de melhorar o envio antecipado das pautas e a consulta prévia aos membros.

3. Coordenação Executiva:

Bloco com melhor avaliação.
Presidência e secretarias-executivas bem percebidas quanto à condução das reuniões e acompanhamento de resultados.

4. Comunicação:

Maior destaque positivo.
Portal institucional contribui para visibilidade e transparência.

5. Contribuição para a Geração de Resultados:

Menor índice geral de concordância.

Persistem desafios para demonstrar impacto prático das instâncias.

Análise específica do CIG-SC:

- Destaques positivos: governança formal sólida; competências claras; condução técnica e eficiente; atas transparentes; boa regularidade das reuniões.
- Oportunidades de melhoria: diversidade na composição; participação mais homogênea dos membros; maior antecedência nas pautas; comunicação externa mais estruturada.

Rodrigo concluiu destacando que a ACPG cria oportunidades de melhoria contínua e fortalece o modelo de governança interministerial do ColaboraGov.

Item 2: Resolução SG nº 3, de 11 de novembro de 2025, que recomenda os guias de gestão e de governança de processos no ColaboraGov.

Na sequência, Wanessa Oliveira, diretora da DGE, apresentou Resolução SG/MGI nº 3, que recomenda os Guias Práticos de Gestão de Processos e de Governança de Processos como referenciais teórico metodológicos do ColaboraGov, recentemente aprovada e publicada no Diário Oficial da União de 24 de novembro de 2025.

Os principais pontos apresentados foram:

- A Resolução estabelece diretrizes para a governança de processos na administração pública federal.
- Foram desenvolvidos os Guias Práticos de Gestão e de Governança de Processos, que orientam os órgãos na adoção de práticas padronizadas e alinhadas ao ciclo de gerenciamento de processos.
- O material inclui etapas, responsabilidades, instrumentos e fluxos para apoiar a melhoria contínua dos processos organizacionais.

Wanessa destacou que os guias contribuirão para institucionalizar práticas de gestão, reduzir assimetrias de maturidade entre os órgãos e fortalecer a integração processual no âmbito do ColaboraGov.

Item 3: Prazo final de empenho 2025.

Em seguida, Thais Alves Medeiros apresentou os prazos definidos para o encerramento do exercício orçamentário de 2025, conforme informações da DFC.

Os pontos informados foram os seguintes:

- Prazo final de empenho: 02/12/2025, aplicável apenas às despesas classificadas como RP 2 (despesas primárias discricionárias), excluídas as emendas e despesas obrigatórias.
- Foi reforçada a necessidade de atenção aos prazos para evitar riscos de corte ou perda de orçamento.

Cronograma operacional:

- a. **12/11** – Solicitações de operacionalização de TED.
- b. **14/11** – Solicitações de empenho e descentralização.
- c. **02/12** – Prazo final de empenho.

Além disso, a diretora substituta informou que nos dias 28 de novembro, 1º e 2 de dezembro, não haverá atendimento externo para garantir a dedicação integral da equipe ao fechamento do exercício financeiro.

Item 4: Prazos para contratações 2025.

A coordenadora-geral da DCD, Cleidiane Damásio, apresentou as orientações gerais sobre prazos de contratações, destacando:

- **14/11/2025** – Prazo final para envio de processos à CONJUR para análise jurídica.
- Disponibilização da **planilha de prazos estimados para licitações**, a ser utilizada pelos órgãos.
- **Reuniões de priorização** concluídas em julho de 2025.
- **Oficinas de planejamento** realizadas em outubro de 2025.
- O **PCA 2026** está em consolidação pela SSC, que também definirá o calendário de contratações para o próximo ano.

Cleidiane reforçou a importância de os órgãos observarem os prazos para garantir adequada tramitação e evitar atrasos na execução contratual.

Item 5: Prêmio de Inovação do ColaboraGov na categoria de compras sustentáveis.

Na sequência, **Wanessa Oliveira** apresentou o panorama da premiação recebida pelo ColaboraGov, que conquistou o **2º lugar no 29º Concurso Inovação no Setor Público da ENAP**, na categoria **Inovação em Compras Públicas Sustentáveis**.

Wanessa destacou:

- O reconhecimento ocorreu durante a Semana de Inovação 2025, em Brasília.
- O ColaboraGov foi premiado por sua capacidade de **reduzir custos**, evitar duplicidade de esforços e gerar ganho de escala.
- A premiação evidencia o valor da colaboração institucional e reforça a consolidação do ColaboraGov como modelo inovador de serviços compartilhados na administração pública federal.

Item 6: Balanço do evento CSC 360.

A seguir, a diretora Wanessa apresentou o balanço do CSC 360 – 1ª edição, transmitido pelo canal do MGI no YouTube. Os principais pontos registrados foram:

- O evento promoveu uma **imersão na rotina dos Centros de Serviços Compartilhados**, com foco em soluções inovadoras e práticas de gestão.
 - Os painéis temáticos abordaram: Compras centralizadas; Divisão de custos; Tecnologia da informação e Experiência do usuário.
- O evento ampliou a rede ColaboraGov e fortaleceu o compartilhamento de boas práticas entre os órgãos.

V. DEBATE

Item 1: Insumos para o planejamento de ações ColaboraGov 2026.

PONTOS DE ESCLARECIMENTO E DEBATE:

Por fim, Wanessa Oliveira reforçou a importância da colaboração interministerial, da troca de experiências e da participação ativa dos membros na construção coletiva das prioridades para 2026, apresentado as seguintes perguntas orientadoras:

- *Quais são as atividades ou resultados mais importantes a assegurar no planejamento do projeto ColaboraGov para o próximo ano?*
- *Registre aqui 03 prioridades que deveriam ser enfrentadas no âmbito do ColaboraGov em 2026 para o fortalecimento político-institucional do modelo de gestão compartilhada.*
- *Indique quais serviços do ColaboraGov poderiam contribuir para o melhor desempenho do seu Ministério em 2026.*

Nesse momento da reunião, houve as seguintes contribuições das pessoas presentes:

- I - João Victor de Souza Batista, diretor de Gestão e Administração do MIR, sugeriu a apresentação e implementação de pautas compartilhadas entre as diretorias da SSC, viabilizando um diálogo e uma integração maiores entre as áreas das Câmaras Temáticas de Apoio à Governança do ColaboraGov.
- II - Tatiana Dias Silva, diretora de Avaliação, Monitoramento e Gestão da Informação do MIR, sugeriu uma maior divulgação do Projeto ColaboraGov, com destaque para a divulgação e o compartilhamento de soluções entre os órgãos;
- III - Roberto Wagner da Silva Rodrigues, subsecretário de Gestão e Administração do MMulheres, elogiou o caráter inovador do ColaboraGov e sugeriu automatização de processos e a análise de viabilidade de execução mais transversal e intersetorial das iniciativas estratégicas dos órgãos.

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião às 18h09 por Cilair Abreu e lavrada a presente ata por Daniele Borges e Rodrigo Brito, da equipe da Secretaria-Executiva do CIG-SC, a qual, após ser aprovada pelos membros do colegiado, será assinada eletronicamente pelo Coordenador do colegiado e disponibilizada no portal de Governança do ColaboraGov.

APÊNDICE 1 – PLANILHA DE CONTROLE DE QUÓRUM DA REUNIÃO

ID	ÓRGÃO	MEMBROS TITULARES	MEMBROS SUPLENTEs	CONVIDADOS E PARTICIPANTES EXTRA	TOTAL
1	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI (Secretaria Executiva)	1	0	0	1
2	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI (Secretaria de Serviços Compartilhados)	1	0	22	23
3	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços – MDIC	1	1	0	2
4	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania – MDHC	1	0	0	1

5	Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO	1	1	0	2
6	Ministério da Fazenda – MF	0	0	1	1
7	Ministério da Igualdade Racial – MIR	1	1	1	3
8	Ministério do Esporte – MESP	0	0	1	1
9	Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte – MEMP	0	0	1	1
10	Ministério dos Povos Indígenas – MPI	0	0	0	0
11	Ministério das Mulheres – MMulheres	0	1	0	1
12	Ministério de Portos e Aeroportos – MPOR	0	1	0	1
13	Ministério da Previdência Social – MPS	0	0	0	0
14	Ministério do Turismo – MTUR	0	1	0	1
Total		6	6	26	38

Quórum de instalação da reunião	9/14	64,29%
---------------------------------	------	--------



Documento assinado eletronicamente por **Cilair Rodrigues de Abreu, Secretário(a)**, em 03/12/2025, às 18:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **56047858** e o código CRC **8659BB44**.